

CHAMADA PÚBLICA FAPEG Nº 12/2025

APOIO A PROJETOS DE EXTENSÃO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DE GOIÁS

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás — FAPEG por meio do lançamento da presente Chamada Pública, em conformidade com a decisão de seu Conselho Superior (CONSUP) e com o disposto na Lei Federal nº 10.973/04, nas Leis Estaduais nº 15.472/05 e nº 16.690/09, nos Decretos Estaduais nº 9.506/19 e nº 10.322/23, nas Resoluções Normativas CONSUP nº 01/2014 e nº 01/2023, torna aberta as inscrições para seleção de ações de extensão universitária que fortaleçam a relação universidade-sociedade para o recebimento de aporte financeiro, que sejam conduzidas por professores vinculados às Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, ou privadas sem fins lucrativos, do Estado de Goiás, para apresentarem propostas de acordo com os termos a seguir.

1.2. A Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 do Ministério da Educação (MEC) estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, evidenciando a articulação entre a tríade Ensino, Extensão e Pesquisa, como parte do processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico. As ações de extensão universitária são importantes recursos para diluir as fronteiras entre a academia e a sociedade, contribuindo para o processo formativo dos estudantes e proporcionando a aplicação do conhecimento e de soluções inovadoras para diversos desafios da sociedade, sejam eles da esfera social, econômica, ambiental, cultural, dentre outras.

2. DEFINIÇÕES

2.1. **Instituições de Ensino Superior (IES):** São unidades de organização institucional autônoma no âmbito do ensino superior. Elas são classificadas, conforme suas características, como: Faculdade, Universidade, Institutos ou Centro Universitário. Além disso, podem ser consideradas públicas ou privadas.

2.2. **Extensão Universitária:** A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (MEC, Resolução nº 7, 2018, Art.3º).

2.3. **Coordenador(a)/Proponente:** Pessoa física, com título de doutor(a), vinculado à IES, que seja o(a) responsável pela proposição e execução da proposta, e que tenha sido aprovado em todas as etapas de seleção dessa Chamada Pública.

2.4. **Discentes extensionistas:** São estudantes vinculados a uma IES que participam de atividades no âmbito das ações extensionistas, sejam elas curriculares ou extracurriculares, e que colaboram de uma forma efetiva junto à equipe do projeto no planejamento e execução das atividades.

2.5. **Sociedade:** coletivo de indivíduos de um território, sujeitos à mesma autoridade política, às mesmas leis e normas de conduta, organizados socialmente e governados por entidades que zelam pelo bem-estar desse grupo. No âmbito dessa chamada pública, as pessoas que serão beneficiadas com as ações extensionistas, especificamente no Estado de Goiás.

3. DOS OBJETIVOS

3.1 Fomentar programas e projetos de extensão universitária, que tenham qualidade inovadora e sejam desenvolvidos por IES públicas, ou privadas sem fins lucrativos, localizadas no Estado de Goiás, que já tenham atuação consolidada de pelo menos 12 meses, mediante comprovações.

3.2. Contribuir para a manutenção das ações de extensão universitária que aplicam o conhecimento a partir de soluções inovadoras, gerando transformação nos mais diversos desafios da sociedade goiana.

3.2. Contribuir para fortalecer a cultura da interação entre universidade e sociedade.

4. CRONOGRAMA

ATIVIDADE	DATA
Publicação do Edital na página da FAPEG	21/03/2025
Limite para impugnação do Edital	31/03/2025
Limite para submissão das propostas na <u>Plataforma Sparkx-FAPEG</u>	02/05/2025, às 17h
Divulgação preliminar dos proponentes habilitados na Etapa de Enquadramento	A partir de 09/05/2025
Prazo para interposição de recurso contra o resultado preliminar da Etapa de Enquadramento	5 dias úteis após o resultado preliminar
Publicação do resultado final da Etapa de Enquadramento	A partir de 09/05/2025
Divulgação do resultado preliminar da Análise de Mérito	A partir de 28/05/2025
Prazo para interposição de recurso contra o resultado preliminar da Análise de Mérito	5 dias úteis após o resultado preliminar
Publicação do resultado final da Análise de Mérito	5 dias úteis após o resultado preliminar
Prazo final para que os selecionados se cadastrem na <u>plataforma Charles Darwin</u> e submetam a documentação para a contratação	20 dias corridos após a publicação do resultado final

Prazo para conclusão dos procedimentos de formalização de Termo de Outorga pela FAPEG	30 dias após o término do prazo para inclusão da documentação para contratação
--	--

5. RECURSOS FINANCEIRO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VIGÊNCIA

5.1. O orçamento total do presente edital é de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), destinados a fomentar até 20 projetos no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) cada uma (Modalidade A), e até 40 propostas no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) cada uma (Modalidade B).

5.2. Os recursos desta chamada pública são oriundos do Tesouro Estadual – Fonte 1500100 – Recursos Não Vinculados de Impostos – Receitas Ordinárias, Programa 1054 – Goiás do Crescimento e do Empreendedorismo, ação 2397 – Concessão de Auxílio em CTI.

5.3. A vigência deste edital é de 24 meses para execução da proposta.

5.4. O valor que será pago as propostas selecionadas neste edital, conforme modalidade escolhida, será efetuado em 2 (duas) parcelas, sendo a primeira após a formalização da contratação e a segunda parcela, mediante as comprovações de execução da proposta por meio do relatório técnico parcial, e de acordo com os termos estabelecidos no termo de outorga firmado.

5.5. As propostas poderão contemplar itens de capital até o limite de 20% do valor total solicitado, com previsão de utilização na primeira parcela do recurso.

5.6. As cotas de auxílio previstas no item 5.1 serão distribuídas de acordo com as Modalidades A e B, sendo garantida uma cota mínima de 2 (duas) propostas aprovadas na análise de mérito para cada uma das Modalidades e áreas do conhecimento – Ciências da Natureza; Matemática; Ciências Humanas; e Linguagens.

5.7. Será garantido também a cota de 20% na Modalidade A (4 propostas) e 20% na modalidade B (8 propostas) para aquelas oriundas do interior do Estado de Goiás e que tenham sido aprovadas na etapa de mérito.

6. ELEGIBILIDADE

6.1. São elegíveis para submissões na Modalidade A, propostas de caráter institucional, de natureza abrangente e que envolvem órgãos da administração central da IES ou Pró-Reitoria(s) e/ou múltiplas unidades acadêmicas da IES; é desejável que haja articulação com instituições parceiras externas na qualidade de coexecutoras ou colaboradoras.

6.2. São elegíveis para submissão na Modalidade B, propostas e ações/projetos realizados por unidades acadêmicas da IES.

6.3. São requisitos para apresentação de proposta na condição de Coordenador(a)/proponente:

- a) Possuir o título de Doutor(a);
- b) Fazer parte do quadro pessoal efetivo, com vínculo empregatício ou estatutário em IES pública, ou privada sem fins lucrativos, sediada no Estado de Goiás;
- c) Estar adimplente com a FAPEG, com o Estado ou com a União;
- d) Coordenar Projeto de Extensão já cadastrado junto à IES com comprovação de atuação consolidada e comprovada de no mínimo 12 (doze) meses anterior à data da publicação deste Edital. Essa comprovação deve ser apresentada em PDF único por meio da inclusão de evidências relevantes, como fotos, reportagens, relatórios, publicações e outros documentos que atestem as atividades realizadas e os resultados alcançados.

6.4. Não poderão apresentar proposta nessa Chamada Pública:

- a) Pessoas físicas que possuam como cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de ocupantes de cargos de direção superior da FAPEG (art. 84, IV, do Decreto 9.506/19);
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, tenham contribuído na elaboração ou na condução deste processo de chamamento em qualquer uma de suas fases.

6.5. Não são projetos elegíveis para esta chamada:

- a) Projetos predominantemente caracterizados como de inovação que tenham atividades de extensão associadas de forma complementar;
- b) Projetos de extensão que se caracterizam predominantemente como atividade de prestação de serviço;
- c) Projetos caracterizados como realização de eventos ou promotoras de atividades de ensino ou qualificação profissional;
- d) Ações/projetos de extensão vinculadas a projetos de pesquisa já financiados pela FAPEG ou outras agências de fomento, como os Centros de Excelência, INCT-CNPq, PDPG-Capes ou outros projetos similares.

7. ITENS FINANCIÁVEIS E NÃO FINANCIÁVEIS

7.1. O(A) coordenado(a)-proponente deverá observar a Resolução Normativa nº 01/2023, que trata dos itens financiáveis e não financiáveis e dispõe sobre a prestação de contas, disponível em <https://goias.gov.br/fapeg/wpcontent/uploads/sites/5/2024/01/Resolucao-Normativa-1-de-26-de-dezembro-de-2023-1.pdf>.

7.2. Itens financiáveis: os recursos do auxílio financeiro serão concedidos pela FAPEG para financiamento dos itens a seguir, relacionados exclusivamente ao projeto/ação de extensão:

- a) Material de consumo: itens cuja duração é limitada a um curto período, como, por exemplo, reagentes, produtos químicos, insumos, medicamentos, gêneros alimentícios e materiais que perdem sua identidade física e/ou autonomia de funcionamento contínuo em até 2 (dois) anos;
- B) Serviços de terceiros: contratação de serviços técnicos especializados de curta duração de pessoa física ou jurídica, diretamente ligados aos resultados pretendidos na proposta, como, por exemplo, conserto e manutenção de equipamentos, utilização de instalações externas, instalação de equipamentos, entre outros.
- c) Passagens e diárias no Brasil, de acordo com as normas da FAPEG, para atividades estritamente ligadas à execução da proposta, limitadas a até 20% do orçamento total do projeto.
- d) Equipamentos e material permanente, definidos como itens de capital, limitados até 20% do valor total da proposta.

7.3. Itens não financiáveis: embora não sejam financiáveis quaisquer itens que não se enquadrem no item 7.2 deste Edital, ressalta-se que os recursos a serem concedidos pela FAPEG não poderão ser utilizados para cobrir as seguintes despesas:

- a) Pagamento de bolsas;
- b) Contratação ou complementação salarial de pessoal técnico-administrativo vinculados à IES (instituição executora);
- c) Pagamento de contas de consumo e/ou despesas de rotina, como luz, água, telefone, gás etc.;
- d) Pagamento de despesas relacionadas à participação em eventos ou missões de trabalho no Brasil ou no exterior;
- e) Despesas postais (Correios e empresas privadas de logística);
- f) Custeio de obras civis, entendidas como despesas de contrapartida obrigatória da instituição executora do projeto e/ou da instituição de apoio, excetuando pequenas reformas ou adequações de espaço físico.

7.4. O auxílio financeiro concedido pela FAPEG somente poderá ser utilizado até o término da vigência do projeto, conforme data definida no Termo de Outorga. Ao final do prazo previsto o eventual saldo remanescente deverá ser devolvido à FAPEG, no momento da apresentação da prestação de contas final.

8. DA PROPOSTA

8.1. A submissão de proposta para esta Chamada Pública deverá ser realizada exclusivamente pela plataforma Sparkx-FAPEG, disponível em: <https://sparkx.fapeg.go.gov.br/#/public/login>.

8.2. Os proponentes devem ter cadastro na Plataforma Sparkx — FAPEG (para a fase de submissão das propostas e acompanhamento das análises) e na Plataforma Charles Darwin (para a fase de envio da documentação requisitada destinada a contratação).

8.3. Cada Coordenador(a)/proponente poderá submeter somente uma proposta neste edital, em caso de submissão de mais de uma proposta, será considerada para o processo de avaliação somente a última proposta enviada.

8.4. Não será permitida a mudança de Modalidade (A e B) da proposta após a sua submissão.

8.5. As propostas submetidas deverão atender, de forma clara e objetiva, aos seguintes princípios norteadores:

a) Multidisciplinaridade e Integração: As propostas devem apresentar caráter multidisciplinar, envolvendo diferentes áreas do conhecimento e promovendo a interação entre ensino, pesquisa e extensão;

b) Inclusão Social e Redução das Desigualdades: Priorizar ações que contribuam para a inclusão social e a segurança alimentar, especialmente para comunidades marginalizadas e grupos com acesso limitado aos benefícios da inovação tecnológica;

c) Sustentabilidade: As propostas deverão incorporar práticas sustentáveis que promovam a eficiência no uso de recursos naturais e contribuam para a preservação ambiental;

d) Caráter inovador: As propostas devem apresentar ideias e soluções melhores e mais eficazes e criativas que contribuam para aperfeiçoar a capacidade de abordar desafios, problemas e oportunidades com uma mentalidade voltada para o futuro.

8.6. As propostas devem, obrigatoriamente, ter aderência a pelo menos um dos temas prioritários a seguir:

a) Inovação e Extensão Tecnológica: Promover a aplicação da ciência e tecnologia para solucionar problemas regionais. Os projetos deverão incluir soluções tecnológicas inovadoras para desafios locais, com foco na aplicação, desenvolvimento experimental e transferência de conhecimento;

b) Integração Tecnológica e Social: Fomentar a aproximação da universidade com a comunidade através de tecnologias emergentes e metodologias inovadoras. Esse eixo inclui a criação de espaços colaborativos de inovação e o desenvolvimento de tecnologias aplicáveis para problemas sociais locais;

c) Sustentabilidade, Meio Ambiente e Desenvolvimento Local: Promover iniciativas que contribuam para o desenvolvimento sustentável do Estado de Goiás, considerando aspectos ambientais e sociais. Esse eixo incluirá projetos de preservação do Cerrado, gestão sustentável de recursos naturais e iniciativas de desenvolvimento territorial integrado;

d) Inclusão Digital, Comunicação e Acessibilidade: Estimular a inclusão digital e o desenvolvimento de tecnologias assistivas para pessoas com deficiência, promovendo a acessibilidade e a inclusão social. Aqui incluem-se projetos de desenvolvimento e aplicação de tecnologias que atendam às necessidades de populações vulneráveis e combate a desinformação;

e) Desenvolvimento de Políticas Públicas Baseadas em Evidências: Apoiar a criação e implementação de políticas públicas com base em resultados científicos e inovação. Esse eixo visa utilizar a extensão universitária para assessorar o poder público na formulação de políticas inclusivas e sustentáveis, fomentando a participação cidadã e o diálogo entre a academia e o governo;

f) Empreendedorismo Inovador e Economia Criativa: Incentivar o empreendedorismo tecnológico e o desenvolvimento de startups e cooperativas. Incluem projetos de formação de recursos humanos, projetos de inovação e empreendedorismo social;

g) Extensão em Saúde, Bem-estar, Esportes e Tecnologias para Qualidade de Vida: Desenvolver iniciativas que promovam a qualidade de vida da população, a partir de práticas inovadoras. Incluem-se aqui projetos voltados para tecnologias de saúde digital, segurança alimentar, atendimento comunitário e educação em saúde;

h) Cultura e Identidade Regional: Preservar o patrimônio cultural do Estado de Goiás, promovendo o diálogo entre as diferentes manifestações culturais da região. Os projetos deverão incluir soluções inovadoras para o registro, promoção e preservação da diversidade cultural presente no Estado de Goiás.

i) Popularização da Ciência e Divulgação Científica: Contribuir para a divulgação do conhecimento científico e suas práticas para a sociedade, de forma a reduzir a distância entre cientistas e leigos, democratizar o acesso ao conhecimento científico e incluir cidadãos em debates sobre temas especializados.

8.7. As diretrizes definidas nos itens 8.5 e 8.6 comporão os critérios de avaliação de mérito para seleção de propostas.

8.8. Deverão ser anexados os seguintes documentos na Plataforma Sparkx — FAPEG para fins de submissão da proposta:

a) Cópia do RG e CPF;

b) Comprovante de domicílio situado no Estado de Goiás (atualizado nos últimos 3 meses);

- c) Declaração/comprovação de vínculo empregatício ou estatutário em IES pública, ou privada sem fins lucrativos, sediada no Estado de Goiás;
- d) Comprovante de registro ou ciência da ação de extensão junto à IES, por meio de sua Pró-Reitoria de Extensão ou órgão equivalente, de que a ação/projeto de extensão está sendo executada por pelo menos 12 meses anteriormente à data de publicação deste edital; esta comprovação deve ser anexada em arquivo PDF único e não editável;
- e) A Declaração de Anuência de que a proposta será submetida para esta Chamada Pública. Para as propostas da Modalidade A é necessário a Declaração de Anuência da Pró-Reitoria da respectiva IES assinado pela alta direção; para as propostas da Modalidade B é necessária Declaração de Anuência da Direção da Unidade Acadêmica da respectiva IES;
- f) Detalhamento da Proposta (conforme ANEXO I), no formato de arquivo PDF único e não editável com no máximo 10 páginas, devendo, obrigatoriamente, incluir:
- título da proposta, área do conhecimento, IES à qual a proposta está vinculada, nome do(a) coordenador(a)/proponente, instituições parceiras (se for o caso), número estimado de discentes extensionistas participantes, número estimado de pessoas beneficiadas pela ação.
 - Quadro detalhado da equipe executora da proposta, com a qualificação e atribuições de cada membro.
 - Resumo da proposta, fundamentação teórica a respeito da temática e da problematização do projeto, objetivos, justificativa, metodologia e resultados esperados.

8.9. O proponente inteiramente responsável pela veracidade das informações contidas formulário eletrônico de inscrição. As informações devem ser objetivas e passíveis de verificação sob risco de desclassificação em caso de inveracidade, omissão, má-fé ou má-conduta.

9. DA SELEÇÃO

9.1. As propostas serão avaliadas conforme definido a seguir:

9.1.1. ETAPA 1: ENQUADRAMENTO

- a) Nesta etapa as inscrições submetidas serão analisadas pelo corpo técnico da FAPEG para assegurar que cumprem com os requisitos da Chamada. Serão avaliados o cumprimento dos critérios de elegibilidade (item 6) e o encaminhamento de toda a documentação prevista neste edital (item 8.8).

b) Esta etapa é eliminatória e todas as inscrições que não atendam aos critérios de elegibilidade, submetam documentos com insuficiência de informações e/ou anexos incompletos serão prontamente desclassificadas.

9.1.2. ETAPA 2: ANÁLISE DE MÉRITO

a) As propostas recebidas em resposta a esta Chamada Pública serão analisadas por um Comitê Julgador designado pela presidência da FAPEG.

b) Os critérios adotados para avaliação das propostas estão elencados a seguir:

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	PESO	NOTA
1 – Relevância da Proposta para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do Estado de Goiás e do País	2	0 - 10
2 – Qualidade e coerência da proposta com os objetivos do edital	1	0 - 10
3 – Aderência aos princípios norteadores e temas prioritários descritos nos itens 8.5 e 8.6	2	0 - 10
4 – Qualificação do(a) coordenador(a) e da equipe executora	1	0 - 10
5 – Impacto dos resultados esperados para a sociedade	3	0 - 10
6 – Adequação orçamentária frente às ações propostas e resultados esperados.	1	0 - 10

c) A nota final será auferida como média ponderada das notas obtidas para os critérios do item anterior;

d) Não serão recomendadas para financiamento as propostas que receberem nota final inferior a 7,0 (sete);

e) Propostas com nota final superior a 7.0 (sete) e que não estão entre as selecionadas, comporão cadastro de reserva e poderão ser fomentadas em caso de suplementação orçamentária.

f) Para os casos de desempate serão consideradas as notas obtidas nos critérios elencados para a avaliação de mérito, sendo a maior nota obtida no item 5, caso o empate persista será considerado a maior nota no item 3, e por fim, se necessário, será considerada a maior nota no item 1.

9.1.3 DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- a) Os resultados preliminar e final bem como o cadastro de reserva deste edital serão divulgados no site da FAPEG, e seus extratos publicados no Diário Oficial do Estado de Goiás;
- b) Os resultados não estamparão as notas individuais dos candidatos aprovados, em atenção a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709/2018);
- c) Os candidatos poderão consultar suas notas individualmente na Plataforma Sparkx-FAPEG, cujo acesso será realizado de forma segura e restrita, garantindo a privacidade das informações pessoais.

10. DA APRESENTAÇÃO DE RECURSOS

10.1. Caso o proponente tenha justificativas para contestar o resultado do julgamento em qualquer uma das etapas, poderá apresentar recurso administrativo, que será recebido apenas no efeito devolutivo, em até 10 (dez) dias úteis, contados do dia subsequente à data de divulgação do resultado, e conforme definido no item 4. CRONOGRAMA.

10.1.1 Serão aceitos recursos administrativos interpostos apenas pelos proponentes dos projetos, e referentes apenas à etapa em curso.

10.1.2. Os recursos apresentados, uma vez encaminhados, não poderão sofrer alterações.

10.2. Os recursos deverão ser inseridos na plataforma Sparkx OPP FAPEG, obedecendo as disposições e prazos estabelecidos neste Edital e nos arts. 56 a 65, da Lei n.º 13.800/01.

10.3. A comissão designada pela presidência analisará os recursos interpostos e deliberará quanto ao deferimento ou indeferimento do pedido.

10.4. Após análise dos recursos administrativos, os resultados serão divulgados conforme previsto no item 4. Cronograma. A divulgação dos resultados poderá sofrer retificação.

10.5. Os recursos administrativos mencionados nos itens anteriores terão apenas efeito devolutivo e, da decisão proferida pela FAPEG, não caberá novo recurso

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1. Para fins de contratação o(a) coordenador(a)-proponente deverá estar cadastrado(a) na Plataforma Charles Darwin - FAPEG.

11.2. O(a) coordenador(a)/proponente é o responsável junto à FAPEG pela submissão dos documentos necessários à contratação. O(a) coordenador(a)/proponente terá a titularidade do cartão bancário e consequentes execução e gestão financeira do auxílio, bem como se responsabilizará pela prestação de contas técnico-financeira.

11.3. O(a) coordenador(a)/proponente deverá anexar os seguintes documentos na Plataforma Charles Darwin – FAPEG (<https://apex.fapeg.go.gov.br/ords/r/charles/charles-darwin/login>) da fase de contratação:

- a) Cópia do documento de identidade;
- b) Cópia do CPF;
- c) Cópia do comprovante de residência atualizado;
- d) Certidão Negativa de Débito junto à Receita Estadual (<https://www.sefaz.go.gov.br/Certidao/Emissao/default.asp>);
- e) Certidão Negativa do CADIN estadual (<https://sistemas.sefaz.go.gov.br/cdnconsultas/pendencia>);
- f) Certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa – CNJ (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- g) Certidão de Quitação Eleitoral da Justiça Eleitoral no caso de brasileiro nato ou naturalizado (<https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>). No caso de estrangeiro com visto permanente ou temporário, Certidão Negativa de Alistamento Eleitoral (<https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-negativaalistamento-eleitoral>);
- h) Certidão criminal da Justiça Estadual (<https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoNegativaPositivaPublica?PaginaAtual=1&TipoArea=2&Inte%20ressePessoal=S>);
- i) Certidão criminal da Justiça Federal (<https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/solicitacao>);
- j) Declaração de que não é parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de ocupantes de cargos de direção superior da FAPEG (art. 84, IV, do Decreto 9.506/19);
- k) Comprovante de vínculo, empregatício ou estatutário, com IES ou ICTI sediadas no estado de Goiás;
- l) Realizar cadastro no Sistema SEI! Estadual ([http://sei.goias.gov.br/como_se_cadastrarexterno.php#:~:text=Para%20ter%20esse%20acesso%2C%20deve,ser%C3%A1%20notifica do%20por%20e%2Dmail](http://sei.goias.gov.br/como_se_cadastrarexterno.php#:~:text=Para%20ter%20esse%20acesso%2C%20deve,ser%C3%A1%20notifica%20por%20e%2Dmail)). Caso o(a) coordenador(a) já possua cadastro no sistema SEI!, encaminhar declaração simples informando o cumprimento do requisito.

11.4. Os(As) coordenadores(as)/proponentes que não cumprirem os requisitos documentais para contratação, e que não observarem os prazos definidos no cronograma para o cumprimento desta etapa serão prontamente desclassificados(as) pela FAPEG.

12. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

12.1. A impugnação dos termos do edital poderá ser realizada por meio de ofício dirigido a Diretoria Científica e de Inovação da FAPEG, através do e-mail atendimento.fapeg@goias.gov.br, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da sua publicação, conforme item 4. Cronograma.

12.2. Decairão do direito de impugnar os termos desta chamada aqueles que, os tendo aceitado sem objeções, venham suscitar posteriormente ao julgamento eventuais falhas ou imperfeições.

13. DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

13.1. As controvérsias que eventualmente surgirem quanto à formalização, execução ou encerramento dos ajustes decorrentes desta Chamada Pública, serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei Federal nº 9.307/96 e da Lei Complementar Estadual nº 144/ de 24 de julho de 2018.

14. DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

14.1. As propostas aprovadas para receber o auxílio financeiro, objeto deste edital, deverão fazer menção ao apoio da FAPEG e utilizar, sempre que possível, o logotipo/logomarca da Fundação;

14.2. O logotipo/logomarca da FAPEG poderá ser solicitado junto à Assessoria de Comunicação Setorial através do e-mail comunicacao.fapeg@goias.gov.br.

14.3. Todo conteúdo proveniente de resultados de projetos selecionados nesta Chamada, publicado ou postado em vídeos, fotos e/ou atividades, nos sites e nos perfis do Instagram, Facebook, Twitter, Youtube, entre outras redes sociais, deverão registrar como marcador a hashtag #fapeg, além de marcar o perfil da FAPEG (@fapegoias) no caso específico do Instagram;

14.4. Quando da apresentação de resultados de estudos/projetos, o(a) coordenador(a) deverá enviar à Assessoria de Comunicação da FAPEG, por meio do e-mail comunicacao.fapeg@goias.gov.br, dados, imagens e informações que viabilizem a divulgação científica do mesmo por parte da Fundação.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Eventuais dúvidas relacionadas a este Edital serão respondidas exclusivamente por meio do e-mail atendimento.fapeg@goias.gov.br, durante a vigência desse edital. O prazo para resposta é de dois dias úteis.

16.2. Esta chamada tem vigência de 30 meses, após sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, de modo discricionário pela direção da FAPEG.

16.3. A qualquer tempo, a presente Chamada poderá ser alterada, revogada ou anulada, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral da FAPEG, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

16.4. A Presidência da FAPEG poderá corrigir eventuais erros formais e materiais contidos neste edital através da publicação de retificações no Diário Oficial do Estado de Goiás, a qualquer tempo, durante o prazo de vigência da chamada.

16.5. A liberação dos recursos condiciona-se à disponibilidade financeira e orçamentária da FAPEG, de modo que o resultado desta Chamada não gera aos selecionados direito adquirido ao recebimento dos valores previstos. Eventual cancelamento ou suspensão do fomento, notadamente em razão de necessário contingenciamento de despesas, não gera direito a qualquer tipo de indenização, podendo o ajuste porventura celebrado ser rescindido unilateralmente a qualquer tempo.

16.6. Caberá à direção da FAPEG a análise e decisão sobre casos omissos e/ou questões excepcionais não previstas por este Edital.

ANEXO I
CHAMADA PÚBLICA FAPEG Nº 12/2025

Título da Proposta:

Área do Conhecimento:

Instituição de Ensino Superior na qual o Coordenador/Proponente está vinculado:

Nome Completo do Coordenador/Proponente:

Instituições Parceiras (se for o caso):

Número estimado de discentes extensionistas participantes:

Número estimado de pessoas beneficiadas pela ação:

QUADRO DETALHADO DA EQUIPE EXECUTORA DA PROPOSTAS, COM A QUALIFICAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DE CADA MEMBRO

EQUIPE EXECUTORA		
Nome Completo	Qualificação	Atribuição no Projeto de Extensão

- 1. RESUMO DA PROPOSTA**
- 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA A RESPEITO DA TEMÁTICA E DA PROBLEMATIZAÇÃO DO PROJETO**
- 3. OBJETIVOS**
- 4. JUSTIFICATIVA**
- 5. METODOLOGIA**
- 6. RESULTADOS ESPERADOS**

Obs.: O preenchimento deste documento não elimina a necessidade de preencher adequadamente todos os campos do formulário da Plataforma Sparkx para a realização da inscrição e submissão da proposta.

ESTADO DE GOIÁS
FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS DIRETORIA DE PROGRAMAS E
MONITORAMENTO

TERMO DE OUTORGA AUXÍLIO À PESQUISA

CHAMADA PÚBLICA ou CONVÊNIO:

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI! Nº:

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO:

BENEFICIÁRIO DO FOMENTO/COORDENADOR(A): Sr(a). _____;

carteira de identidade nº _____; CPF nº _____;

endereço: _____;

vinculado à instituição _____.

INSTITUIÇÃO DE EXECUÇÃO DO PROJETO: _____;

endereço: _____;

CNPJ nº _____; representante legal: _____.

A FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS – FAPEG, fundação pública integrante da administração indireta do Estado de Goiás, instituída pela Lei nº 15.472/2005, com sede na Rua Dona Maria Joana, Quadra F-14, Lote área, nº 150, Setor Sul, Goiânia – GO, CEP: 74083- 140, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.156.102/0001-02, neste ato representada por seu Presidente, _____, concede auxílio à pesquisa ao (à) beneficiário(a) a seguir qualificado(a), nos termos da chamada pública, convênio ou outra natureza de ajuste concernente, com objetivos e condições estipulados no presente Termo de Outorga de Auxílio e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Constitui objeto deste instrumento os direitos, deveres, prerrogativas e sujeições das partes, no que se refere à concessão do auxílio para o desenvolvimento do projeto _____.

PARÁGRAFO ÚNICO – Aplica-se a este instrumento as seguintes disposições legais: Constituição Federal, artigos 25 a 30, e artigos 92 e 93 da Constituição do Estado de Goiás; Lei Federal n.º 10.973/04; Decreto Estadual n.º 9.506/19; Lei Complementar Federal nº 101/2000; Lei Estadual nº 15.472/2005; Lei Estadual n. 16.690/09; Lei Estadual nº 21.615/2022; Resoluções e demais atos normativos da FAPEG, naquilo que forem aplicáveis, além de, subsidiariamente, o Código Civil brasileiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO AUXÍLIO CONCEDIDO

O Valor do presente Termo será fixado em R\$ _____ (_____), aplicado conforme disposições constantes na chamada pública, convênio ou outro ajuste concernente, e o plano de trabalho aprovado, partes anexas e integrante deste termo, por conta da por conta da dotação orçamentária 1500.100; programa 1054; ação 2397; entrega 18974.

PARÁGRAFO ÚNICO: A partir da data da assinatura deste instrumento, o beneficiário passará à condição de GESTOR da verba pública, devendo prestar contas de sua utilização, na forma instituída pelo ordenamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

A liberação dos recursos tratados neste instrumento iniciar-se-á após a sua assinatura e publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de Goiás, condicionado à disponibilidade financeira da FAPEG e/ou de parceiro, nos casos de celebração de convênio com a Fundação, cuja utilização deve ocorrer conforme a proposta aprovada e seu plano de trabalho, sendo fator impeditivo à concessão e liberação do apoio financeiro aqui tratado a inadimplência do proponente com a FAPEG, com a Fazenda Pública do Estadual e Federal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Uma vez liberados, os recursos serão repassados **em 2 (DUAS) parcelas**, sendo a primeira após a assinatura do termo de outorga, e a segunda, após 12 meses, condicionadas à verificação pela Fundação da satisfatória execução das metas previstas para o período em análise. Os recursos financeiros serão disponibilizados por meio de depósito realizado em conta bancária específica aberta pelo beneficiário em instituição bancária pública, ou em centro de custo, por intermédio de cartão pesquisa (Cartão BB Pesquisa), aberto pela FAPEG para este propósito, e cuja utilização ocorrerá exclusivamente para a movimentação dos valores aqui tratados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No caso de previsão em chamada pública ou convênio sobre necessidade de abertura de conta específica, fica o beneficiário responsável por providenciar toda a documentação necessária, devendo utilizar a conta exclusivamente para recebimento e movimentação dos recursos financeiros objeto deste instrumento e, assumindo, caso existam, as despesas com tarifas bancárias.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A concessão do apoio será cancelada ou suspensa pela FAPEG, por ocorrência, durante sua execução, diante do descumprimento das normas relativas à prestação de contas do fomento recebido e da ocorrência de fatos incompatíveis com a chamada pública, cláusulas conveniais, conforme o caso, previsões do plano de trabalho e com o ordenamento, sem prejuízo de outras providências cabíveis, eximindo-se a FAPEG de qualquer responsabilidade em caso de disputa judicial decorrente da inobservância ao regramento.

PARÁGRAFO QUARTO – O Beneficiário declara conhecer na íntegra as condições estipuladas pela chamada pública ou convênio, se for o caso, neste termo de outorga e na Resolução nº 1/2023/FAPEG, de 26 de dezembro de 2023, pelo que manifesta sua irrestrita concordância.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DESTE TERMO

A vigência do presente termo terá início com a sua assinatura, definido o período de _____ (quantidade de meses por extenso) meses, que, em nenhuma hipótese, ultrapassará o período de vigência de projeto, convênio ou outro instrumento associado ao presente auxílio, quando houver.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A FAPEG poderá extinguir a presente concessão de auxílio, a qualquer momento, seja por força de indisponibilidade financeira, seja por motivo de interesse público ou exigência legal. Nesses casos, não será devida qualquer indenização ao beneficiário.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A FAPEG prorrogará de ofício a vigência do instrumento antes do seu término quando tiver dado causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O decurso de dias entre a assinatura do termo de outorga e a liberação de recursos pela FAPEG não é considerada como atraso se o repasse financeiro em questão tem sua ocorrência no mesmo mês em que se deu a assinatura do termo, ou no mês subsequente, em vista dos prazos necessários para o cumprimento dos procedimentos financeiros exigidos da FAPEG e do beneficiário para a efetivação do repasse.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – OBRIGAÇÕES DO BENEFICIÁRIO DO AUXÍLIO

- a) realizar as atividades de pesquisa com total observância ao plano de trabalho do projeto de pesquisa aprovado pela FAPEG, responsabilizando-se pela sua execução direta e pela apresentação dos resultados nele previstos, em seminários, reuniões de trabalho e sempre que solicitado pela FAPEG devendo, ainda, participar de comitês de assessoramento e emitir pareceres científicos em sua área de atuação, desde que demandado pela FAPEG, mesmo após o período de vigência do presente termo;
- b) manter-se adimplente com a FAPEG e com a Fazenda Pública do Estado de Goiás, sob pena de cancelamento do fomento e manter todas as condições de qualificação, habilitação e idoneidade necessárias ao perfeito cumprimento do objeto do projeto, preservando atualizados seus dados cadastrais junto à FAPEG e aos órgãos competentes;
- c) comunicar à FAPEG, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a ocorrência de quaisquer eventos que venham a prejudicar o andamento do projeto, assim como na hipótese de seu desligamento ou desvinculação da instituição executora do projeto;
- d) observar em sua execução financeira as normas constantes da Resolução Normativa nº 1, de 26 de dezembro de 2023, especialmente quanto a previsão de itens não financiáveis, a obrigatoriedade de promover a cotação de preços para aquisições de produtos e contratações de serviços e apresentação de certidão de regularidade fiscal frente ao estado do fornecedor ou prestador, além da devida apresentação dos documentos fiscais comprobatórios da execução de despesas com o projeto, a serem emitidos em seu nome e CPF, assumindo todas as obrigações legais decorrentes de tais contratações, não tendo elas vínculo com a FAPEG;

- e) prestar contas à FAPEG, com a apresentação de relatórios técnicos parciais e final, e relatórios de execução financeira parciais, quando for o caso, e final, para todos os casos, na forma, condições e prazos estipulados pela Resolução Normativa nº 1, de 26 de dezembro de 2023, e permitir que a FAPEG e os órgãos fiscalizadores do estado tenham acesso aos locais de execução do projeto, à documentação produzida e aos bens adquiridos para exames e vistorias;
- f) manter e conservar os bens duráveis para a pesquisa adquiridos com os recursos do auxílio à pesquisa, sendo os mesmos de sua responsabilidade, devendo-se observar os procedimentos obrigatórios relativos à destinação dos bens duráveis, previstos na Resolução nº 1/2023/FAPEG, de 26 de dezembro de 2023;
- g) adotar todas as providências que envolvam permissões e autorizações especiais de caráter ético ou legal, necessárias para a execução da proposta, inclusive atender e arquivar as recomendações exaradas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP/CNS/MS do Conselho Nacional de Saúde e pelos Comitês de Ética em Pesquisa – CEP;
- h) respeitar estritamente, quando utilizado, o regramento previsto para a utilização de cartão pesquisa (BB Pesquisa) disponibilizados pela FAPEG e pela instituição bancária, assumindo toda a responsabilidade relativas ao sigilo de senhas eletrônicas e à gestão dos recursos em conformidade com o regramento, devendo informar imediatamente ao banco eventuais ocorrências relativas à movimentação bancária em conta, informando conjuntamente a FAPEG e, nos casos necessários, à Polícia Civil, providenciando a lavratura de Boletim de Ocorrência ou Termo Circunstanciado de Ocorrência, procedendo aos devidos acompanhamentos relativos ao bloqueio do cartão pesquisa, até a solução da ocorrência, eximindo-se a FAPEG de qualquer responsabilidade por extravio, má-utilização, furto, roubo, clonagens, ausência de acompanhamento regular pelo beneficiário de sua movimentação financeiras e demais ocorrências relacionadas ao produto;
- i) restituir à FAPEG, no momento da prestação de contas final, ou em caso de cancelamento da pesquisa ou encerramento do projeto, o cartão magnético para que seja providenciado o seu cancelamento e inutilização;
- j) manter em arquivo exclusivo e disponível para a FAPEG, pelo prazo de 05 (cinco) anos após a aprovação das contas, cópias dos registros financeiros e contábeis e demonstrativos financeiros, utilizados na prestação de contas;
- k) fazer referência ao apoio recebido da FAPEG nos trabalhos técnicos ou científicos que resultem, total ou parcialmente, da concessão do auxílio aqui tratado.

II - OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO DE EXECUÇÃO DO PROJETO

- a) manter e conservar os bens duráveis para a pesquisa em sua posse observando os procedimentos estabelecidos na Resolução nº 1/2023/FAPEG, de 26 de dezembro de 2023;
- b) permitir, excepcionalmente e devidamente justificado pelo beneficiário do fomento, a emissão de notas fiscais utilizando seu CNPJ em casos em que a venda não possa ser realizada em nome de pessoa física, tais como em importação direta e produtos controlados.

III - OBRIGAÇÕES DA FAPEG

- a) repassar ao beneficiário do fomento os recursos financeiros previstos no plano de trabalho

de seu projeto, de acordo com a sua disponibilidade financeira e com o cronograma de desembolsos;

b) acompanhar e avaliar o cumprimento, pelo beneficiário, dos objetivos estabelecidos neste instrumento e no plano de trabalho, mediante análise e avaliação dos relatórios técnicos e financeiros parciais e finais das prestações de contas obrigatórias, bem como, mediante visitas, inspeções e acompanhamento realizados diretamente pela FAPEG ou por órgãos fiscalizadores do estado de Goiás.

CLÁUSULA SEXTA – DAS VEDAÇÕES AO BENEFICIÁRIO DO FOMENTO

I – emitir documentos fiscais (notas fiscais e cupons fiscais) utilizando o CNPJ da FAPEG;

II – alterar o objeto da proposta, sendo permitidas alterações em plano de trabalho desde que observada a forma e as condições previstas na Resolução Normativa nº 1, de 26 de dezembro de 2023;

III - realizar despesa anterior ou posterior ao prazo de duração do projeto de pesquisa ou sem saldo financeiro suficiente na data de emissão do documento fiscal, bem como realizar despesas não previstas no plano de trabalho do projeto, sendo admissível, para os casos em que o fato gerador da despesa ocorreu durante a vigência do projeto, o pagamento após o fim de sua vigência, desde que previsto em plano de trabalho e que tenha sido feito dentro do prazo limite para a entrega de relatório de prestação de contas à FAPEG;

IV – realizar despesas com itens não financiáveis previstos na Resolução nº 1, de 26 de dezembro de 2023, da FAPEG, salvo se expressamente admitidas em chamada pública, convênio ou instrumento específico, devendo promover a devida adequação de seu plano de trabalho caso haja previsão de itens vedados, anteriormente à sua contratação pela FAPEG ou antes do início de sua execução, podendo a FAPEG, conforme o caso, proceder ao repasse de recursos ao projeto em valor menor, deduzindo os itens não financiáveis previstos;

V – delegar no todo ou em parte a gestão dos recursos financeiros do projeto de pesquisa;

VI – delegar o seu uso ou solicitar serviços eventualmente oferecidos pela instituição financeira que permita utilização de cartão magnético em funções não previstas na modalidade contratada, quando se tratar de cartão BB Pesquisa;

VII – utilizar, nas movimentações com cartão magnético, terminais eletrônicos não pertencentes à instituição bancária contratada, sob pena do beneficiário do fomento responsabilizar-se pessoalmente pelas despesas e tarifas que essas utilizações acarretarem.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PROPRIEDADE, CONTROLE E DESTINAÇÃO DOS BENS DURÁVEIS PARA PESQUISA

Os bens gerados ou adquiridos com os recursos deste Termo de Outorga serão incorporados, desde sua aquisição, ao patrimônio da Instituição executora à qual o coordenador ou pesquisador beneficiado estiver vinculado, desde que seja instituição pública ou privada sem

fins lucrativos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Será de responsabilidade do beneficiário e da instituição executora a incorporação do bem ao patrimônio da Instituição, devendo o beneficiário anexar à sua prestação de contas a documentação comprobatória da incorporação do bem ao patrimônio da mencionada instituição, responsabilizando-se por sua guarda, registro, manutenção, e por comunicar à FAPEG quaisquer fatos que possam interferir em sua posse, propriedade e valor.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os bens somente poderão ser utilizados nas atividades correlatas com as finalidades da FAPEG, relacionadas à pesquisa, ciência, tecnologia e inovação, não sendo permitida a doação, alienação a terceiros, sendo que para os casos de desvio ou inutilização dos bens, o beneficiário e a instituição executora deverão ressarcir solidariamente à FAPEG, o valor correspondente do bem, mediante prévio procedimento administrativo para apuração de dolo ou culpa, sendo ainda possível a reposição do bem, com características compatíveis, para o cumprimento de sua finalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quando adquiridos com a participação de fundação de apoio, a titularidade sobre os bens observará o disposto em contrato ou convênio entre a instituição executora e a fundação de apoio.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE

No caso das atividades realizadas originarem criações intelectuais passíveis de proteção, na forma de inovações tecnológicas, invenções, aperfeiçoamentos e novos conhecimentos aplicáveis às atividades econômicas produtivas, que propiciarem incrementos de seu desempenho, aumento da produtividade dos fatores envolvidos ou otimização do uso de recursos e insumos, as partes obedecerão às determinações da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, da Lei de inovação nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto estadual 9.506/19, Lei estadual 15.472/2005, observando-se, ainda, as demais disposições legais vigentes e as resoluções da FAPEG.

CLÁUSULA NONA – DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

As publicações científicas e qualquer outro meio de divulgação de trabalho de pesquisa, resultantes dessa concessão de auxílio financeiro, deverão citar, obrigatoriamente, o apoio da FAPEG.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – É vedada a utilização, nos empreendimentos resultantes deste termo, de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As ações publicitárias atinentes a projetos e obras financiadas, deverão observar rigorosamente as disposições contidas no § 1º do artigo 37 da Constituição Federal.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Resultados, opiniões, conclusões ou recomendações oriundas da

atividade desenvolvida serão de exclusiva responsabilidade dos pesquisadores envolvidos, e não representarão os pontos de vista da FAPEG.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONFIDENCIALIDADE

Todos os assuntos, dados, resultados, processos, produtos e informações decorrentes das atividades desenvolvidas no projeto de pesquisa aqui tratado são de natureza sigilosa, comprometendo-se as partes signatárias a respeitar o disposto na legislação aplicável, devendo manter sigilo sobre os resultados alcançados, sejam parciais ou finais, até que esses tenham sido adequadamente avaliados pelos envolvidos e os direitos devidamente reservados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O rito de prestação de contas dos recursos do fomento consiste na ação de o beneficiário apresentar à FAPEG os Relatórios Técnicos Parciais (RTPs) e final (RTF), os Relatórios Financeiros Parciais (RFPs), nos casos exigidos, e o Relatório Financeiro Final (RFF), além da apresentação dos documentos comprobatórios que os acompanham, na forma e nos prazos previstos na Resolução nº 1/2023/FAPEG, de 26 de dezembro de 2023, cumprindo-lhe ainda observar as seguintes disposições:

I – O Relatório Técnico Parcial (RTP) deverá ser entregue assim que alcançada a metade do prazo estabelecido para a execução do projeto, no caso de projetos com menos de 24 meses de duração, e anualmente, para os projetos com vigência superior a 24 meses, sendo o Relatório Técnico Final (RTF) e o Relatório Financeiro Final (RFF) entregues assim que encerrada a vigência do projeto, devendo-se sempre observar o limite máximo de 30 dias para a entrega, em cada caso, a contar do alcance do prazo de execução/vigência definido supra;

II – Relatórios Financeiros Parciais (RFP) somente serão exigidos aos beneficiários de projetos no caso específico previsto na Resolução nº 1/2023/FAPEG, de 26 de dezembro de 2023, ou por determinação da FAPEG;

III – Os relatórios técnicos devem se fazer acompanhar de textos, artigos, documentos técnicos e os relatórios financeiros devem se fazer acompanhar dos documentos comprobatórios da execução financeira, observada a forma e demais exigências previstas pela Resolução nº 1/2023/FAPEG, de 26 de dezembro de 2023, de modo a comprovar a correta execução do projeto;

IV – Na análise da prestação de contas serão levados em consideração a Resolução nº 1/2023/FAPEG, de 26 de dezembro de 2023, os termos definidos em chamada pública, ou convênio, conforme o caso, a proposta aprovada, o termo de outorga, os princípios constitucionais da economicidade, moralidade, impessoalidade, eficiência, legalidade, o interesse público e a eficácia;

V – A responsabilidade pela prestação de contas é pessoal, indelegável e intransferível.

VI – Os saldos remanescentes em conta ou eventuais saques em espécie cujo montante não tenha sido totalmente utilizado, deverão ser devolvidos à FAPEG/tesouro estadual, na forma determinada pela Fundação e por ela indicada ao beneficiário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

A violação de qualquer cláusula do presente termo ou a rejeição de prestação de contas final importará em suspensão e/ou cancelamento do recurso concedido e na retirada dos bens adquiridos, além da suspensão do beneficiário, e responsáveis, do direito de pleitear recursos à Fundação e outras sanções administrativas, civis e penais cabíveis, podendo ser determinada a devolução ao erário do fomento recebido e abertura de tomada de contas especial, nos casos em que:

I – não sejam suficientes o alcance das metas previstas em plano de trabalho sem apresentação de justificativa ou demonstração da ocorrência de caso fortuito, força maior ou incidência de risco tecnológico;

II – a utilização de parcela de recursos disponibilizada ao projeto pela FAPEG não atinja o patamar mínimo de execução de pelo menos 25%, a ser verificado quando da entrega de relatório parcial;

III – os recursos concedidos forem utilizados em finalidade diversa daquela descrita na proposta aprovada e seu plano de trabalho, sem a devida adequação da impropriedade, de modo a não ser possível à FAPEG excluir a hipótese de dano ao erário;

IV – não se observe os prazos estabelecidos pela Resolução nº 1/2023/FAPEG, de 26 de dezembro de 2023, para a entrega de relatórios ou para a promoção das devidas adequações de impropriedades, quando for o caso, decorridos mais de 30 (trinta) dias além do prazo máximo definido, o que caracterizará a omissão do dever de prestar contas;

V – seja determinada a rejeição advinda de apuração formal procedida por órgãos de controle, de investigação ou persecução criminal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO TERMO DE OUTORGA

Desde que não modifiquem o objeto da pesquisa inicialmente proposto, quaisquer alterações no que foi aqui estabelecido só poderão ser implementadas mediante a formalização de termo aditivo. A proposta de modificação deverá ser apresentada em, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término da vigência deste termo de outorga, e sua implementação fica condicionada à aprovação pela FAPEG.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DENÚNCIA, SUSPENSÃO E DA RESCISÃO

Independentemente de qualquer interpelação, o presente termo poderá ser rescindido pela FAPEG no caso de inadimplemento de quaisquer das cláusulas ou condições constantes deste

instrumento, ou pela ocorrência de fatos supervenientes impeditivos à perfeita e completa conclusão das atividades previstas na Proposta aprovada e seu plano de trabalho, e, ainda:

I – Poderá a FAPEG suspender o benefício aqui tratado a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, sem que disso resulte qualquer dever de indenizar;

II – O Beneficiário do Fomento poderá desistir do auxílio aqui tratado, desde que notifique formalmente a FAPEG, e proceda nos 60 dias seguintes, à prestação de contas final e restitua integralmente os recursos repassados, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais, levando em consideração as datas em que cada repasse foi realizado, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Além das hipóteses previstas acima, a FAPEG poderá rescindir o presente termo unilateralmente caso não haja dotação orçamentária suficiente para arcar com as despesas previstas na proposta aprovada e seu plano de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A execução da proposta poderá ser encerrada ou suspensa, após solicitação do interessado e decisão fundamentada da FAPEG, nas hipóteses em que o beneficiário do fomento seja acometido de doença incapacitante ou esteja em gozo de afastamento por maternidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Será considerado desistente dos recursos aqui tratados, o beneficiário que não iniciar a sua utilização no prazo de até 90 (noventa) dias, contados a partir do dia em que forem liberados. Neste caso, a FAPEG realizará o cancelamento do fomento, devendo o beneficiário apresentar a prestação de contas no prazo de até 30 (dias), sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas neste termo.

PARÁGRAFO QUARTO – O cancelamento previsto no parágrafo terceiro poderá deixar de ser aplicado, mediante a apresentação de justificativa circunstanciada pelo beneficiário do fomento, que deverá ser analisada pela FAPEG.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CONCILIAÇÃO E DA MEDIAÇÃO

As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento deste Termo serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ADESÃO ÀS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

O BENEFICIÁRIO (A) DO FOMENTO e a instituição de execução da Proposta declaram que aceitam, sem restrições, o presente auxílio financeiro, bem como declaram conhecer na íntegra as condições estipuladas neste Termo e na Resolução nº 1/2023/FAPEG, de 26 de dezembro de 2023, pelo que manifesta sua irrestrita concordância com as normas estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste Instrumento será publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – a FAPEG reserva-se o direito de, durante a execução da Proposta, solicitar informações adicionais visando aperfeiçoar o sistema de Avaliação e Acompanhamento, informações que poderão ser disponibilizadas publicamente na sua base de dados, salvo celebração de termo específico de sigilosidade;

II – a assinatura do presente Termo e a concessão do auxílio não caracterizam relação de trabalho ou relação de emprego em nenhuma de suas formas;

III – ocorrendo o falecimento do beneficiário é facultado a esta Fundação a retomada imediata da posse direta dos bens adquiridos com os recursos provenientes desse termo e a prerrogativa de bloquear e levantar o saldo existente na conta corrente vinculada ao presente Termo de Outorga;

IV – em qualquer caso, a liberação dos recursos condiciona-se à disponibilidade financeira e orçamentária da FAPEG, de modo que a assinatura deste termo não gera ao beneficiário direito adquirido ao recebimento dos valores previstos ou direito à qualquer tipo de indenização, podendo o ajuste porventura celebrado ser rescindido unilateralmente a qualquer tempo;

V – os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pela FAPEG.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

Fica eleito pelas partes o foro da Comarca de Goiânia, capital do Estado de Goiás, para dirimir as controvérsias decorrentes do presente Termo.

E assim, por estarem justas e acordadas, assinam o presente Termo de Outorga para que produza os efeitos de direito.